

**Racismo e
violência
policial em “O
avesso da
pele”, de
Jeferson
Tenório**

• Revista
mosaico

**Carla Carolina
Moura Barreto¹**

**Racism and
police brutality
in “O avesso da
pele”, by
Jeferson Tenório**

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar a obra literária vencedora do Prêmio Jabuti 2021, *O avesso da pele* (2020), do escritor brasileiro Jeferson Tenório, em busca de promover uma discussão sobre o racismo na sociedade brasileira atual, bem como sobre a violência policial contra o corpo negro que, frequentemente, é vítima de uma violência legitimada. Para tanto, foi utilizada como principal base teórica: Almeida (2020), Fanon (2008), Hooks (2015) e Nascimento (2016).

Palavras-chave: Racismo; Racismo institucional; Violência policial; Literatura brasileira.

Abstract

This paper seeks to analyze the book *O Avesso da Pele* (2020), winner of the Jabuti Award 2021, written by Brazilian writer Jeferson Tenório, seeking to promote a discussion about racism and its roots in current Brazilian society, as well as about police brutality against black bodies, which are often a victim of legitimized violence. For this purpose, this work's main theoretical basis was: Almeida (2020), Fanon (2008), Hooks (2015) and Nascimento (2016).

Keywords: Racism; Institutional Racism; Police Brutality; Brazilian Literature.

“Sou peroba/ Sou a febre / Quem sou eu/
Sou um morto que viveu/ Corpo humano que venceu/
Ninguém morreu / Ninguém morreu / Ninguém morreu [...]”
(Abundantemente Morte, Luiz Melodia).

Introdução

O racismo tem sido um grande problema no Brasil desde a colonização e a era escravocrata. Atualmente, apesar de passados muitos séculos desde estes acontecimentos históricos que inferiorizavam o negro, atitudes racistas e preconceituosas contra os não-brancos estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira, sendo tratadas com muita naturalidade nos mais diversos espaços, fato evidenciado pelos altos índices de violência, homicídios e crimes motivados por questões raciais. Segundo o Atlas da violência (2020), os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios no país. Em 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas fatais. Enquanto a taxa de homicídios entre os não negros foi inferior, 13,9%, o que significa que, no Brasil, mata-se mais negros do que brancos. Pesquisas atuais apontam que o principal autor dos disparos contra negros no Brasil é a polícia, sendo 78% de suas vítimas pessoas negras¹⁶.

Assim, historicamente, a população negra tem sido alvo de uma violência que escancara o racismo que ainda predomina em nossa sociedade. Constantemente, nos deparamos com notícias sobre vítimas fatais da polícia, violentadas e atingidas por “balas perdidas” que sempre encontram o mesmo alvo: o corpo negro. Em 2020, tivemos o famoso caso de George Floyd, negro de 48 anos que foi morto após ter o pescoço pressionado pelo joelho do policial Derek Chauvin, em Mineápolis, Estados Unidos¹⁷. No Brasil, também temos vítimas da violência policial, como Kathlen Romeu, grávida de 24 anos que teve sua vida e a de seu bebê interrompidas durante uma ação policial em Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro, em junho de 2021; Ágata Félix, de 8 anos, morta por policial no complexo do Alemão, Rio de Janeiro, em 2019; João Pedro, de 14 anos, morto em uma

16 O levantamento foi realizado em 2020, pelo G1, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Núcleo de Estudos da Violência da USP. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/22/estados-nao-sabem-raca-de-mais-de-13-dos-mortos-pela-policia-em-2020-dados-disponiveis-mostram-que-78percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>. Acesso em: 16 jun. 2021.

17 O caso teve repercussão internacional e deu início a protestos e movimentos antirracistas em todo o mundo, como as hashtags “**#BlackLivesMatter**” ou “**#VidasNegrasImportam**” e **#BlackoutTuesday**, difundidas nas redes sociais.

operação policial em São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 2020; dentre muitos outros. É assim que vidas negras e inocentes estão sendo perdidas a cada dia, resultando no que a crítica chama de “genocídio do negro brasileiro” (NASCIMENTO, 2016).

Diante deste cenário, mesmo com toda a repercussão desses casos, o Brasil tem se mostrado um país negacionista. O mito da democracia racial ainda está presente no imaginário da população brasileira. Assim, apesar desses acontecimentos, que permanecem presentes diariamente nos noticiários, a ideia de que o Brasil não é um país racista é bastante persistente e, com isso, o brasileiro custa a admitir que nasce racista, o que dificulta o processo de luta antirracista.

Esse preconceito racial tem sido representado com certa frequência dentro da literatura contemporânea. Apesar das vozes negras terem sido silenciadas durante muito tempo, atualmente, a produção literária tem ganhado mais espaço no mercado editorial brasileiro. Obras de autores negros e com temáticas que envolvem questões sobre racismo, discriminação e violência têm se destacado, contribuindo para uma melhor compreensão e reflexão sobre o que é o racismo, como ele afeta a população e como combatê-lo. Dentre as obras que mais se destacam atualmente, temos *O avesso da pele* (2020), do escritor e professor Jeferson Tenório¹⁸, obra na qual um filho, Pedro, narra a história de seu pai, Henrique, um homem negro assassinado em uma abordagem policial em Porto Alegre. Partindo disso, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a narrativa de Tenório em busca de promover uma discussão sobre o racismo na sociedade brasileira atual, bem como sobre a violência policial contra o corpo negro que, frequentemente, é vítima de uma violência legitimada. Para tanto, foi utilizada como principal base teórica: Almeida (2020), Fanon (2008), Hooks (2015) e Nascimento (2016).

Pensando o racismo e a violência policial em *O avesso da Pele*

O racismo parte da ideia de que existe uma raça superior, a branca, que é considerada melhor no que se refere aos aspectos físico, intelectual e estético, dispondo, desse modo, de privilégios e poder, em relação às raças que fogem do padrão “branco”, como negros e índios. Como bem afirma Almeida (2020), o racismo

¹⁸ Tenório foi vencedor do prêmio Jabuti 2021 com sua obra *O avesso da pele*, na categoria Romance Literário.

é

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2020, p. 32, grifo do autor).

Para o autor, o racismo difere da discriminação racial e do preconceito, conceitos tidos como sinônimos por muitos. O preconceito racial, segundo ele, ocorre quando o indivíduo julga negativamente o outro, distinto, baseado em estereótipos construídos em torno daquela raça, enquanto a discriminação ocorre quando o sujeito atribui a esse outro um tratamento diferenciado, apenas pelo fato de ele pertencer a uma raça diferente da sua. Esse tipo de julgamento e tratamento, como dito *a priori*, infelizmente, acaba afetando os considerados não-brancos de maneira cruel- física e psicologicamente-, dando início a uma prática de racismo que, segundo Almeida (2020) e muitos outros estudiosos, decorre da estrutura social.

Analisando a questão de forma histórica, podemos considerar que essas práticas de preconceito e discriminação naturalizadas no Brasil são uma herança perversa dos séculos de escravidão no país, que definiram de maneira bastante intensa a diferença entre brancos e negros, de modo a inferiorizar o negro e a naturalizar os espaços subordinados que ele ocupa na sociedade, tratando-o como um outro distinto, inferior, mau, como bem afirma Neusa Santos, em *Tornar-se negro* (1983):

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior (SANTOS, 1983, p. 19).

Essa figura do negro como indivíduo inferior resistiu desde então e permanece em plena vigência em uma sociedade que continua presa a padrões mentais e institucionais escravocratas e, assim, reproduz e naturaliza o racismo e a discriminação. Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (1952), descreve essa discriminação pela qual passa o negro:

[...] começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem

branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco, “que sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo (FANON, 2008, p. 94).

Na obra literária *O avesso da pele* (2020), temos o personagem Pedro que, após a morte do pai, Henrique, busca resgatar o passado familiar, refazendo os caminhos paternos. Henrique foi um professor negro que, como muitos na atual realidade brasileira, se tornou vítima de uma abordagem policial por ter sido confundido com um criminoso. A narrativa de Tenório é construída a partir de gatilhos da memória do narrador que, a partir de objetos, – como orixá, roupas, canetas, cadernos –, rememora o passado do pai e o relata, trazendo-o de volta à vida através da escrita, na tentativa de compreender as consequências do racismo sofrido pelo pai e superar a perda. O texto de Pedro se aproxima do gênero carta, uma vez que o narrador se dirige a outro, utilizando constantemente o pronome “você”, pressupondo um interlocutor, o pai morto. Desse modo, temos um texto sobre o outro e para o outro, Henrique, que revelará e espelhará a difícil realidade dos corpos negros nos dias de hoje.

A narrativa divide-se em quatro capítulos: *a pele*, *o avesso*, *de volta a São Petersburgo* e *a barca*. Ao longo do texto, tomamos conhecimento de como foi a vida de Henrique, desde sua juventude. Como um narrador onisciente, Pedro narra a vida do pai como se tivesse observado tudo de longe, revelando, em ricos detalhes, seus relacionamentos amorosos, as discriminações raciais que teve de enfrentar, as abordagens policiais já ocorridas em vida e as dificuldades relacionadas ao seu trabalho como professor em uma escola pública de Porto Alegre. Além disso, Pedro também narra alguns detalhes sobre a vida de sua mãe, Martha, mulher negra que também sofreu discriminação ao longo de sua vida, além de constantes assédios.

No primeiro capítulo, o narrador expõe os preconceitos sofridos por Henrique em sua adolescência, lembrando a primeira vez em que o pai foi algemado como um bandido. Aos 14 anos, Henrique, que na época vivia no Rio de Janeiro, esperava um ônibus em Copacabana, quando se deparou com uns garotos que o acusaram de roubar um boné. A partir daí, Henrique é perseguido, agredido fisicamente e ameaçado por eles: “*nós vamo te passar, neguim, tu vai morre agora, neguim*” (TENÓRIO, 2020, p. 18, grifo do autor). Após isso, mesmo sem investigação e

apuração dos fatos, a polícia algemou e levou Henrique à delegacia, que passou pelo constrangimento de ser apontado como um criminoso, algo que ele não era. Pedro, diante de tamanha injustiça, narra:

Foi a primeira vez que você sentiu o ferro frio de uma algema nos pulsos. Ao seu redor, pessoas te xingavam e te chamam de ladrão e ainda diziam que daquela você não escaparia. Somente na delegacia as coisas foram esclarecidas: você havia sido confundido com um bandido. (Acharam que você tinha roubado o boné de um daqueles moleques.) E ser confundido com um bandido vai fazer parte da sua trajetória. E você vai custar a compreender por que essas coisas acontecem (TENÓRIO, 2020, p. 18-19, grifo nosso).

De fato, ser confundido com bandido fez parte da trajetória de Henrique, como faz parte da vida de milhões de negros brasileiros. Essa foi a primeira de muitas abordagens policiais pelas quais Henrique foi submetido. E, infelizmente, a última culminou em sua morte. Em todas as abordagens, inclusive nessa primeira relatada por Pedro, nega-se ao acusado negro o direito de defender-se. Ele não tem vez e nem voz na sociedade brasileira. O corpo negro é sempre visto como ameaça, como o outro mau, o outro culpado. Isso ocorre porque, como já dito, vivemos em uma sociedade racista, na qual a discriminação contra o negro é naturalizada, eles são inferiorizados e a violência de Estado é legitimada.

Ao longo da narrativa, devido ao tom de sua pele, Henrique percebe que sofre preconceitos em algumas situações cotidianas, como, por exemplo, quando ele presta uma entrevista de emprego em um escritório de advocacia. Um dos sócios do local, Bruno Fragoso, profere em alto e bom som: “*não gosto de negros*” (TENÓRIO, 2020. p. 20, grifo do autor), deixando o garoto imóvel, sem palavras diante de tamanho preconceito. Bruno segue com um discurso estereotipado sobre o negro, prometendo a Henrique salvá-lo das drogas, das armas e da violência, ainda que Henrique não tenha tido contato com nada disso.

Percebemos que a condição de homem negro e os preconceitos decorrentes da cor de sua pele se tornam mais evidentes dentro dos relacionamentos amorosos de Henrique. O narrador destaca o relacionamento do pai com Juliana, uma ruiva de dezenove anos. Segundo Pedro, ao andar de mãos dadas com uma branca, Henrique passou a receber olhares indiferentes acompanhados de piadas racistas. A sociedade gaúcha se recusava a aceitar que um negro namorasse uma branca: “*uma branquinha daquelas com um negrinho desses, ha ha, não, não podia ser*”

(TENÓRIO, 2020, p. 28, grifo do autor). Falavam como se a branca fosse infinitamente superior ao rapaz negro.

Essa inferiorização do negro ganhou força, principalmente, com as teorias científicas racistas, propagadas pelos “homens de ciência”, os quais produziram textos que reconheciam diferenças entre brancos e negros e determinavam a inferioridade daqueles que não eram brancos, resultando na naturalização das hierarquias. Dentre os nomes dos intelectuais das teorias raciais, podemos destacar o suíço Louis Agassiz, que realizou uma viagem ao Brasil entre os anos de 1865 e 1866 e descreveu, à sua maneira, o que viu por aqui. Agassiz, em suas descrições, ressalta a superioridade do branco sobre o negro e o índio, comparando-os com raças de primatas:

O que desde logo me impressionou, vendo índios e negros reunidos, foi a diferença marcada que há nas proporções relativas das diferentes partes do corpo. Como os macacos de braços compridos, os negros são em geral esguios; têm pernas compridas e tronco relativamente curto. Os índios, ao contrário, têm as pernas e os braços curtos e o corpo longo; a sua conformação geral é mais atarracada. Prosseguindo na minha comparação direi que o porte do negro lembra os Hilobatas esguios e irrequietos, ao passo que o índio tem algo do orango inativo, lento e pesado (AGASSIZ, 2000, p. 486).

Outro estudioso que reforçou a diferença entre brancos e não-brancos foi Artur de Gobineau, um conde francês que veio ao Brasil e se instalou no Rio de Janeiro durante quinze meses. Gobineau descreve o processo de miscigenação no Brasil de maneira extremamente preconceituosa, utilizando o discurso “científico” para legitimar ações discriminatórias:

Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo [...]. Nenhum brasileiro é de puro sangue; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicam-se a tal ponto que os matizes da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas alturas, uma degenerescência do mais triste aspecto. (RAEDERS, 1988, p. 96).

Com esse olhar racista, Gobineau e alguns outros estudiosos, por meio destes discursos, estabeleciam uma relação assimétrica entre as raças. Com isso, buscava-se lutar contra a existência desses seres “inferiores”, de modo a promover o desaparecimento da raça negra e o embranquecimento da população brasileira. Segundo Nascimento (2016), foi criado um projeto de genocídio do negro brasileiro e

a política imigratória tinha um papel muito importante nesse processo de embranquecer o país. A ideia era o cruzamento entre o branco europeu e a população mestiça até que a raça negra desaparecesse totalmente: “o que se fazia essencial e indisputável era a necessidade de embranquecer o povo brasileiro por dentro e por fora” (NASCIMENTO, 2016. p. 88).

O projeto de embranquecimento não teve 100% de êxito, no entanto, segundo estatísticas, houve um declínio da população negra em relação a população branca. Negros deixaram de existir ou deixaram de se considerar negros. Diante das estatísticas, Nascimento (2016) chama atenção para o fato de que:

Eles mostram um retrato fortemente distorcido da realidade, já que conhecemos as pressões sociais a que estão submetidos os negros no Brasil, coação capaz de produzir a subcultura que os leva a uma identificação com o branco. Temos, então, os mulatos claros descrevendo-se a si mesmos como brancos; os negros identificando-se como mulatos, pardos ou mestiços, ou recorrendo a qualquer outro escapismo no vasto arsenal oferecido pela ideologia dominante (NASCIMENTO, 2016, p. 90).

Desse modo, o projeto de genocídio do negro brasileiro promoveu nos negros o instinto inconsciente de autodestruição, uma vez que muitos deles passaram a negar sua identidade negra. Diante de um repertório de argumentos racistas promovidos por “teses científicas” (se é que podemos denominar isso ciência), a classe dominante mudou o curso da história e influenciou a sociedade a inferiorizar, rejeitar, excluir, discriminar e até executar o povo negro, tratando isso de maneira natural.

Como podemos perceber na obra de Tenório, o protagonista tem que lidar com a discriminação e o preconceito a todo momento, nas situações mais cotidianas. Ainda sobre seu relacionamento amoroso com a personagem Juliana, vale destacar que Henrique também tinha que lidar com os preconceitos de familiares e amigos da namorada, que o viam como o “negrão da família” e possuíam uma visão estereotipada sobre os negros:

[...] disseram que você era mais resistente à dor, disseram que a pele negra custa a envelhecer, que você deveria saber sambar, que deveria gostar de pagode, que devia jogar bem futebol, que os negros são bons no atletismo. *Você não corre?* Que os negros são ruins como nadadores, *já viu algum negro ganhar medalha olímpica na natação?* Agora, olhem lá nas corridas. *Vocês ganham tudo. É porque desde cedo aprendem a correr dos leões na África, não vê como aqueles quenianos sempre ganham a São Silvestre?*

(TENÓRIO, 2020, p. 29, grifo do autor).

No trecho acima, percebemos que esses familiares reproduzem uma série de estereótipos sobre os negros, sempre associando a eles características de força e resistência física. Esses estereótipos estão profundamente ligados ao processo de escravidão, uma vez que, nessa época, o homem negro era concebido somente como mão de obra, isto é, era visto apenas como um corpo forte disponível para servir.

Enquanto os familiares de Juliana proferiam discursos racistas, suas amigas a interrogavam sobre o desempenho sexual de Henrique: “[...] *como ele é? Tem pegada mesmo, como dizem dos negros? E o pau dele? É grande? É verdade que eles são insaciáveis? Qual o cheiro dele?*” (TENÓRIO, 2020, p. 29-30, grifo do autor). Nos questionamentos das amigas de Juliana, podemos perceber a hipersexualização do corpo negro. No imaginário das mulheres brancas temos o estereótipo do “negão” bom de cama, selvagem, viril e insaciável. Para a sociedade “Eles são genitais” (FANON, 2008, p. 138) e têm “uma potência sexual alucinante” (FANON, 2008, p. 138). Ao imaginarem Henrique dessa maneira, associando seu corpo puramente aos desejos da carne, elas desconsideram outros aspectos relevantes da essência humana, como valores, sentimentos, inteligência, cultura, o que resulta na objetificação de seu corpo.

Essa associação do corpo negro à virilidade, sensualidade e força física é algo construído no imaginário social ao longo do tempo e reforçado, principalmente, pela mídia, pelas produções cinematográficas e pela indústria pornográfica, que sempre representa o homem negro com traços de selvageria e sexualidade, desconsiderando seu intelecto, como observa Hooks (2015):

Mais do qualquer outro grupo de homens em nossa sociedade, os homens negros são muitas vezes concebidos como sujeitos desprovidos de habilidades intelectuais. Sob a visão estereotipada do racismo e do sexismo que os veem como mais corpo do que mente, homens negros estão propensos a serem recebidos pela sociedade da supremacia branca capitalista, imperialista e patriarcal, como sujeitos que parecem ser idiotas ou, como nós que crescemos nos anos 1950 costumávamos dizer, pessoas lentas (isto é, pouco inteligentes) (HOOKS, 2015, p. 678).

O personagem Henrique, assim como muitos outros negros, é reduzido ao seu corpo, ao seu órgão sexual, é desumanizado pela sociedade branca. E, apesar de ouvir todos esses comentários cheios de preconceito, Henrique se cala diante

disso, uma vez que estar naquele “mundo branco” o tornava parte dele, assim, ele silencia-se porque “aquilo significava algum tipo de intimidade” (TENÓRIO, 2020, p. 29) que ele, naquele momento, gostava de ter. Andar de mãos dadas com a namorada branca dava a Henrique a sensação de que ele não era um negro como outro, como narra Pedro, “a presença de Juliana te dava uma espécie de salvo-conduto em certos ambientes” (TENÓRIO, 2020, p. 30). Assim, Henrique sentia-se seguro ao lado de uma mulher branca.

Como dito *a priori*, a abordagem policial vai fazer parte da vida do protagonista Henrique até o dia de sua morte. Pedro relata uma série de abordagens sofridas pelo pai, desde seus treze anos de idade. Aos cinquenta anos, Henrique, – já desgastado –, é mais uma vez visto como suspeito pelas forças policiais, enquanto está a caminho de seu trabalho. Foram tantas abordagens ao longo da vida de Henrique que ele já “estava cansado daquilo. Cansado de ter que dar explicações para a polícia” (TENÓRIO, 2020, p. 142). Embora ele fosse sempre liberado, já que não era nenhum criminoso, Henrique sofria, pois era sempre humilhado e sentia-se constrangido diante de pessoas que presenciavam tais acontecimentos, porque, como diz Pedro: “um suspeito é sempre um suspeito, mesmo que a polícia te libere e te diga bom-dia e tenha-um-bom-trabalho. Você, aos cinquenta anos, continuou sendo um suspeito” (TENÓRIO, 2020, p. 143, grifo meu), isto é, continuou carregando o peso da cor de sua pele.

Historicamente, tem sido muito comum a ocorrência de mortes de negros em decorrência de ações policiais. Como exemplos, temos os casos mencionados acima. Diariamente, negros e periféricos são alvos da polícia brasileira, sendo presumidamente criminosos. A instituição policial age com tratamento diferenciado junto à população negra e pobre, como se essas vidas não importassem, o que reflete o preconceito visível da sociedade. Com isso, negros são abordados, xingados, violentados – física e psicologicamente –, e até mortos. Revistas, averiguação acompanhadas por ofensas, violência física, exibição de armas, tiroteios, são algumas das ações policiais que envolvem negros, principalmente dentro de comunidades. Quando a polícia invade esses ambientes, onde, de fato, na maioria dos casos, temos criminosos, ela acaba igualando os moradores do local aos marginais (principalmente se eles tiverem a pele escura) e tratando-os como inimigos do Estado. “Para a polícia, o morador das regiões pobres são estigmatizados como caranguejos que vivem na lama e que, estando desprovidos de

humanidade, não possuem direitos” (MACHADO; NORONHA, 2002, p. 209). Muitos são os casos em que vidas inocentes são perdidas em favelas do Brasil devido à má atuação de alguns policiais em suas operações dentro de comunidades. Isso nos mostra que, atualmente, parte da polícia não age com justiça e respeito, mas sim com preconceito e discriminação, evidenciando a existência de um racismo institucional.

Segundo Almeida (2020), o racismo institucional não se resume a um comportamento individual, mas é tratado como o resultado do funcionamento e instituições. Nesse caso, “as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2020, p. 40). Destarte, todas as ações institucionais são executadas visando manter a hegemonia do grupo racial no poder, contribuindo para a naturalização e reprodução da desigualdade racial.

De acordo com Wieviorka (2007), o racismo institucional pode ser visto como o fracasso coletivo das instituições posto que, elas falham em “fornecer um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor” (WIEVIORKA, 2007, p. 68). Este tipo de racismo é detectado em “processos, atitudes e comportamentos, resultantes de discriminação não intencional, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas, que colocam minorias étnicas em desvantagem” (WIEVIORKA, 2007, p. 68). Desse modo, ele possui uma natureza discriminatória e, por vezes, não intencional. É menos evidente, mais sutil, e ocorre a partir do funcionamento abusivo dos poderes estabelecidos pela sociedade, operando “de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial” (WIEVIORKA, 2007, p. 17).

Partindo disso, analisando as ações da instituição polícia junto à população negra, o conceito de racismo institucional parece adequado à forma de atuação das organizações policiais, uma vez que o negro tem sido seu principal alvo, como também afirma Santos (2013):

Jovem, negro e pobre. Esse é o perfil de quem geralmente morre nas mãos da polícia. O racismo é um componente fundamental para explicar parte da violência. O racismo institucional se revela por meio de mecanismos de instituições públicas, explícitos ou não, que dificultam o fim da desigualdade entre negros e brancos. (SANTOS, 2013, p. 44-45).

Todos os cidadãos brasileiros têm direito à proteção e segurança, oferecidas pelo Estado independente de cor, raça, credo ou classe social, mas, na realidade, muitos se sentem ameaçados e receosos durante abordagens policiais, sobretudo os negros, uma vez que eles, como dito, quase sempre são vítimas de preconceito, sendo acusados, feridos, ou até mortos por policiais, devido à cor de sua pele. Assim, o negro está sempre em risco, como afirmam Lima e Oliveira (2013):

[...] A segurança pública é uma das esferas da ação estatal em que a seletividade racial se torna mais patente. Há grande desigualdade entre brancos e negros no que diz respeito à distribuição da segurança. Se, devido à situação de insegurança no país, a exposição da população como um todo quanto à possibilidade de morte violenta já é grande, ser negro corresponde a pertencer a uma população de risco. (LIMA; OLIVEIRA JÚNIOR, 2013, p. 21).

Como representantes do Estado que atuam diretamente nas ruas, os policiais deveriam tratar todos os cidadãos igualmente, sem discriminação, no entanto, muitos acabam agindo com base em estereótipos criados em torno da figura do negro, o inferior, o perigoso, o suspeito. Assim, aqueles que poderiam ser considerados heróis, pois, teoricamente, arriscam suas vidas em nome da segurança da população, acabam se igualando aos verdadeiros criminosos, uma vez que também passam a desrespeitar o outro e usam a força física para impor sua vontade.

Como Jeferson Tenório também coloca em *O avesso da pele*, “um corpo negro será sempre um corpo em risco” (TENÓRIO, 2020, p. 184) e essa realidade não faz parte somente do cenário brasileiro. A violência policial e o racismo estão presentes em muitos outros lugares do mundo, sobretudo na América do Norte. Tanehisi Coates, em seu livro *Entre o mundo e eu* (2015) nos relewa a experiência de ser um corpo negro nos Estados Unidos da América, mostrando que o sujeito negro está sempre sujeito a violências físicas e simbólicas e que, desde cedo, deve ter ciência de sua condição e lutar contra ela. Tendo isso em vista, diferentemente de Tenório, que cria um personagem que escreve uma carta ao pai, Coates escreve uma carta ao seu filho, buscando mostrar a ele, que é um adolescente até então, o que é ser negro em um país racista.

Coates (2015) explica que na América “é tradição destruir o corpo negro; é uma herança” (COATES, 2015, p. 107). “Os departamentos de seu país foram unidos de autoridade para destruir seu corpo” (COATES, 2015, p. 21), sendo

raramente responsabilizados por isso. Por estarem a serviço do Estado, as forças policiais têm autonomia para tirar vidas “em nome da segurança” e não hesitam em utilizar esse poder, uma vez que eles podem apresentar a justificativa de que houve resistência do suspeito e, assim, a ação policial foi em sua defesa, algo que seria totalmente legal, se fosse, de fato, verdade. Desse modo, raramente haverá um responsável: “[...] a destruição é meramente a forma superlativa de uma dominação cujas prerrogativas incluem revistas, detenções, espancamentos e humilhações. Tudo isso é comum para pessoas negras. Ninguém é considerado responsável.” (COATES, 2015, p. 21).

Coates (2015) continua seu debate sobre o corpo negro, massacrado pela sociedade, atingido pela violência que o destrói por dentro e por fora:

Os destruidores são apenas homens que fazem cumprir os caprichos de nosso país, interpretando corretamente sua herança e seu legado. É difícil encarar isso. Mas toda a nossa fraseologia – relações raciais, abismo inter-racial, justiça racial, perfilação racial, privilégios dos brancos, até mesmo a supremacia dos brancos – serve para obscurecer o fato de que o racismo é uma experiência visceral, que desaloja cérebros, bloqueia linhas aéreas, esgarça músculos extrai órgãos, fratura ossos, quebra dentes. Você não pode deixar de olhar isso, jamais. Deve sempre se lembrar que a sociologia, a história, a economia, os gráficos, as tabelas, as regressões, tudo isso acabará atingindo, com grande violência, o corpo. (COATES, 2015, p. 21, grifo meu).

Coates (2015) revela que o negro não tem o controle sobre o destino de seu corpo uma vez que ele está fadado à violência, a ser fragmentado e estilhaçado pelo outro, o opressor. Assim, ele constrói o conceito de *descorporificação*, uma espécie de terrorismo de raça. A humanidade do corpo negro é eliminada pela violência a qual ele é submetido. “Esta é a filosofia dos descorporificados, das pessoas que nada controlam, que nada podem proteger, que estão destinadas a temer não apenas os criminosos entre elas, mas também a polícia que age soberana acima delas com toda a autoridade moral de uma gangue de proteção” (COATES, 2015, p. 88). Essa é a triste realidade dos negros na América e no resto do mundo.

Jeferson Tenório representa essa descorporificação apontada por Coates (2015) em *O avesso da pele*, por meio da trajetória de Henrique. O personagem não possui domínio sobre seu próprio corpo, sendo, muitas vezes, reduzido a algo negativo e violentado por isso. Embora fosse um intelectual, um professor, um leitor de clássicos, Henrique não estava imune à violência a qual seu corpo nasce sujeito,

por isso o personagem dá ênfase à importância de se preservar o “avesso da pele”:

É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E, por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam nesse domínio, você, de alguma forma, tem de preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos. (TENÓRIO, 2020, p. 61, grifo do autor).

Mesmo sendo inocente, Henrique perdeu sua vida de maneira trágica, repentina e cruel. Após tantas abordagens, o professor, que estava cansado daquilo, ao ser abordado, confrontou os policiais, ao ignorá-los. Para ele, nada mais importava, ele apenas estava feliz com o sucesso de suas aulas de Literatura. “Você ignorou porque agora era a sua vez. Era a sua vez de ditar as regras. E a regra, agora, era seguir seu movimento, colocando a mão na pasta” (TENÓRIO, 2015, p. 177, grifo meu), bastou este simples e cotidiano movimento para que a vida de Henrique fosse tirada com vários tiros. Tenório descreve com detalhes o momento em que as balas atingem o corpo negro do inocente professor de Literatura:

O primeiro tiro pegou no seu ombro, e foi como se você tivesse levado uma pedrada forte. O segundo foi no peito, dilacerante, uma dor difícil, não tão forte como as outras dores que tocaram seu corpo, mas ainda uma dor difícil. O terceiro [...] um tiro certo na tua cabeça. Os outros vieram simultaneamente. E a última imagem que você viu, foi a lua-gema-de-ovo-no-copo-azul-lá-do-céu. (TENÓRIO, 2020, p. 177).

Com esta cena que, como dito, infelizmente, faz parte do cotidiano de muitos corpos negros no Brasil, a trajetória de Henrique chega ao fim. E Pedro, em meio a sua dor, tenta compreender tudo o que aconteceu com seu pai e o que acontece com ele próprio, recolhendo-se em seu interior em busca de respostas e de alívio. Pedro termina seu relato entendendo que, embora ele viva em um lugar racista, ele deve permanecer e lutar contra isso: “[...] vou em frente, na direção do Guaíba¹⁹. Tenho Ogum em minhas mãos porque agora é a minha vez. (TENÓRIO, 2020, p.187, grifo meu).

Para concluir... (ou não): “agora é a nossa vez”

¹⁹ Lago localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre.

A trama de Tenório espelha um sofrimento coletivo pelo qual passaram e passam muitos negros brasileiros. O autor, de maneira poética e comovente, constrói uma narrativa sobre o racismo em suas diversas estruturas, mostrando como ele afeta estes corpos negros, – de Henrique, Martha, Pedro –, também por dentro, no avesso da pele. Durante a leitura, acompanhamos de perto o intenso amor de um filho pelo pai e seu processo de luto e de resistência. Acompanhamos um filho trazendo o pai de volta à vida, presentificando-o através de suas recordações e de sua escrita, deixando claro que ele não está morto. Como diz a música de Luiz Melodia, mencionada no livro, “ninguém morreu”, simbolicamente. Henrique permanece vivo na memória de seu filho e sua história (que representa as histórias de muitos Henriques do universo real) deve ser sempre recordada, para que se lute a fim de evitar que tragédias desse tipo permaneçam ocorrendo.

É claro que acabar com o racismo e com a violência policial é uma tarefa árdua que demanda tempo, mas podemos pensar em algumas medidas que podem ser tomadas em pequena escala. Corrigir esses mencionados erros comuns dentro das polícias, por exemplo, é algo que exige uma profunda mudança na formação ideológica da instituição. Dentro da instituição polícia é necessário que haja uma formação baseada em valores humanitários, que visem o respeito ao outro. Os policiais devem abandonar a velha máxima de “bandido bom é bandido morto” e exercer sua profissão de maneira mais consciente, cautelosa, respeitosa e responsável. A violência somente acabará quando o racismo for combatido de dentro, mas combatê-lo em uma sociedade que vive a utopia da democracia racial, infelizmente, não é tão simples. É preciso lutar.

Segundo Djamilia Ribeiro em *O pequeno manual antirracista* (2019), “reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo” (RIBEIRO, 2019, p. 21), esse é o primeiro passo: assumir que somos todos racistas e que nascemos em uma sociedade racista. Devemos nos informar sobre o que de fato é o racismo, como também sugere Ribeiro (2019) e, a partir daí, reconhecer atitudes racistas em nosso cotidiano; precisamos reconhecer os privilégios da branquitude; conhecer nosso passado e nossa História; (re)lembrar constantemente dos muitos Henriques que perderam suas vidas por causa do racismo; e, enfim, lutar. Firmar uma luta antirracista. Lutar por essas vidas que, sim, importam. Como Tenório coloca no fim de *O avesso da pele*, agora é a vez de Pedro [lutar], agora é a nossa vez.

Artigo recebido em 28 de março de 2022

Aprovado para publicação em 13 de junho de 2022

Referências

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. **Viagem ao Brasil 1865-1866, Luís Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

COATES, Ta-Nehisi. **Entre o mundo e eu**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

HOOKS, bell. Escolarizando homens negros. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, Florianópolis, nov. 2015, p. 677-689.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.

LIMA, Verônica Couto de Araújo; OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. Segurança Pública e Racismo Institucional. **Boletim de Análise Político Institucional**, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5931>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

MACHADO, Eduardo Paes. NORONHA, Ceci Vilar. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, ano 4, n. 7, Porto Alegre, jan/jun 2002, p. 188-221.

ABUNDAMENTE morte. Intérprete: Luiz Melodia. Compositor: Luiz Melodia. *In*: Pérola Negra. Intérprete: Luiz Melodia. [S. l.]: Polygram, 1973. 1 LP, faixa 5.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio negro**. Processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RAEDERS, George. **O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas de racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

SANTOS, Neusa. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Sobre a autoria

¹Doutorado em Teoria e História Literária (2021 –) pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: carolinbarreto1@gmail.com.